

Bolsa-escola é aprovada em pesquisa feita pela Unesco

Beth Veloso

Da equipe do **Correio**

Criado há três anos, o programa Bolsa-Escola passou em mais um teste. Pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) definiu a iniciativa do Governo do Distrito Federal de premiar com um salário-mínimo as famílias que mantêm os filhos na escola como um dos mais importantes instrumentos de combate à pobreza e exclusão social. "É um dos poucos programas educacionais que têm êxito palpável, imediato e evidente", avalia o coordenador técnico da Unesco, Julio Waiselfisz.

A pesquisa revela que o Bolsa-Escola serviu para melhorar a qualidade de vida de famílias extremamente pobres; facilitou o acesso à escola e diminuiu a evasão e a repetência escolar; melhorou o rendimento dos bolsistas; criou uma consciência cidadã e uma cultura de educação em famílias sem qualquer oportunidade de ascensão social; aumentou nelas a esperança de um futuro melhor.

Outro mérito apontado pelos pesquisadores foi o fato do programa ter tirado crianças da rua e do trabalho precoce. Entre os bolsistas entrevistados, apenas 2,4% já pegam no batente, três vezes menos do que os que não recebem a Bolsa-Escola. "O programa é a linha mestra da política de combate ao trabalho infantil", afirma Ana Catarina Braga, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), outro patrocinador da pesquisa.

O estudo concluiu que as crianças não apenas freqüentam a escola. No dia-a-dia, os alunos da Bolsa-Escola superaram os não-bolsistas: É maior o número dos que gostam de estudar e de ler. Os pais do primeiro grupo participam mais da vida escolar do filho e gastam mais com material didático.

No rendimento escolar, os alunos da Bolsa-Escola conseguiram se igualar a estudantes de classes mais elevadas, que tradicionalmente tinham notas melhores. "Ele absolutamente não é um programa clientelista nem paternalista", afirma o coordenador da Unesco.

Mas o Bolsa-Escola não recebeu nota dez na avaliação. Peca pelo excesso, e não pela falta. Unesco, Unicef e Instituto de Formação e Assessoria em Política Sociais (Polis) criticam a rigidez na forma de avaliação do Bolsa-Escola. Achar que o critério para medir a renda familiar — que não pode ser superior a meio salário-mínimo per capita — deveria se resumir a quanto se ganha e quanto se gasta. O governo verifica, por exemplo, a casa e o que tem dentro dela. "As famílias têm medo de serem cortadas porque compraram uma televisão", afirma a socióloga Míriam Abramovay, da Polis.

O programa beneficia famílias com mais de cinco anos de moradia no DF e com filhos entre 7 e 14 anos. Os pesquisadores recomendam o aumento da faixa etária, para atender também alunos entre 15 e 18 anos. E criticam a duração da bolsa. Cada família só pode receber o benefício por, no máximo, dois anos. "É muito curto para garantir um efeito estável. A cada ano, há uma renovação de 50% no número de bolsistas", justifica o coordenador da Unesco.

A pesquisa, feita entre novembro de 1997 e fevereiro de 1998 com 1.071 bolsistas e não-bolsistas de 5ª à 8ª série das escolas públicas do DF, também recomenda mais transparência. E faz uma denúncia: existe uma pressão por parte de professores e até comerciantes para que o dinheiro seja gasto com material escolar e uniforme. "É uma distorção, já que os pais não são obrigados a isso", esclarece Míriam Abramovay.

Com base nesse levantamento, Unesco e Unicef produzirão um vídeo para divulgar o programa em mais de 196 países. Irão colher depoimentos como o de uma mãe de Ceilândia. "O estudo é a única riqueza que um pobre pode dar a um filho." A idéia já foi adotada em 140 municípios brasileiros e está sendo examinada pelos governos da Nicarágua e Equador.